



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME

BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

MAIO

2009



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 30/04/2009 – EXPEDIÇÃO: 03/05/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 350/333 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 18

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Amazônia Legal: Regularização fundiária das áreas rurais – Regulamentação da MP 458/2009349
- Amazônia Legal: Regularização fundiária das áreas urbanas – Regulamentação da MP 458/2009349
- Contribuição Previdenciária: Processos de restituição – Competência348
- Imposto de Renda: Rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior348
- Registros Públicos: Certidões de nascimento, casamento e óbito – Novos modelos348
- Simples Nacional: Microempreendedor individual347

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CNJ: Sistema de Processo Eletrônico – Citações, intimações e notificações347
- TJ-RJ: Plantão Judiciário – Prestação Jurisdicional ininterrupta346
- TRF-4ª R: Protocolo expresso – Utilização conjunta344

ATOS DO LEGISLATIVO

- Impostos e contribuições federais – Alteração do prazo de pagamento344

LEMBRETE

- Remissão e anistia: Breves esclarecimentos acerca da distinção343

DOCTRINAS

- Admissibilidade do Agravo no STJ e STF – A importância do juízo de admissibilidade no tribunal de origem – **Bruno Barata Magalhães**342
- Prática e experiência são essenciais para ser juiz – **Vladimir Passos de Freitas**341

- Cautela com o Pacto Republicano – **Francisco César Pinheiro Rodrigues**340

ESTUDO DE CASOS

- Condomínio – Alteração de fachada de prédio338
- Contratos de adesão – Foro de eleição337

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana336

- Banco é responsável por erro que causou prisão de cliente
- Cancelada Orientação que trata sobre contratações especiais por entes públicos
- CNJ aprova teto de R\$ 614 de diária para juízes
- Empresa deve recuperar área de preservação permanente
- Índícios de autoria, em homicídio qualificado, justificam júri popular
- Pedido de vista interrompe prazo para prescrição do DPVAT
- STJ aprova as Súmulas 379, 380 e 381
- TJ-SP terá sistema para averbação de bens imóveis

- Projetos de lei334

- Aposentados e pensionistas poderão ter isenção no pagamento de IRPF
- Aprovado projeto que autoriza divulgação pela internet de gastos de agentes públicos
- Câmara aprova preferência para pagamento de advogado
- Divórcio consensual de brasileiros no exterior é aprovado por Projeto
- PEC muda pagamento de precatório para privilegiar salários
- Projeto de lei simplifica procedimentos licitatórios
- Responsabilidade de empreiteiro por obra poderá ser de dez anos
- Concursos públicos333

TEMAS EM DESTAQUE

P40

PROCESSO CIVIL

Ação de prestação de contas

♦ A mera consignação de valores pela via extrajudicial não impede à outra parte o ajuizamento de ação de prestação de contas relativa a valores recebidos por advogado.

Concurso de credores

♦ Ao credor cujo título egressa da legislação trabalhista, para receber tal crédito, não é dispensável o aparelhamento da respectiva execução.

CIVIL E COMERCIAL

Seguro obrigatório

♦ Em acidente de trânsito de que resulte invalidez permanente a indenização relativa ao seguro obrigatório tem por premissa o equivalente a 40 salários mínimos.

Transporte aéreo

♦ É lícita a retenção por parte da companhia aérea de 10% do valor da passagem no caso de desistência voluntária da viagem, sendo irrelevante a compra feita pela *internet*.

PENAL E PROCESSO

Intimação

♦ Havendo mais de um advogado habilitado nos autos, a intimação de apenas um deles para a sessão de julgamento de apelação não é causa de nulidade.

Sequestro

♦ Enquadra-se na hipótese de sequestro a conduta de quem detém condutor de veículo, tolhendo a sua liberdade de ir e vir, durante fuga de estabelecimento prisional.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Sindicato

♦ O sindicato que detém o registro sindical está, em tese, legitimado para representar a categoria respectiva, mesmo que o aludido registro esteja *sub judice*.

Vale-transporte

♦ O trabalhador avulso passou a ter todos os direitos assegurados ao trabalhador submetido ao regime da CLT, dentre os quais figura o vale-transporte.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

♦ A sucumbência na desapropriação é aferida pelo confronto entre os valores da oferta e da indenização, ambas com correção monetária.

Funcionalismo público

♦ Permitindo o Estado que o servidor seja desviado de função, deve arcar com o pagamento das diferenças salariais entre o cargo que ocupava e o devido àquele exercido.

TRIBUTÁRIO

ICMS

♦ Incide o ICMS sobre a operação de importação de equipamento de tomografia computadorizada realizada por sociedade prestadora de serviços médicos.

IPU

♦ A imunidade não se estende à sociedade de economia mista com personalidade de direito privado, prestadora de atividade que visa ao lucro.



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 08/05/2009 – EXPEDIÇÃO: 10/05/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 368/351 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 19

Sumário

ATOS INSTITUCIONAIS

- CFM: Código de Processo Ético-Profissional – Aprovação.....367

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CGJ-SP: Responsabilidade do escrivão – Alteração das normas de serviço367
- CGJ-RJ: Atos notariais – Lavratura das escrituras públicas.....366
- CNJ: Certidões de nascimento, casamento e óbito – Uniformização.....366
- CNJ: Crianças e adolescentes – Concessão de autorização de viagem para o exterior.....366
- STF: Cópias de peças processuais – Normas.....365
- STF e STJ: Processos de natureza penal – Cadastramento da estimativa de prazos prescricionais.....365
- STJ: Jurisprudência dominante – Novas Súmulas.....364
- TRF-1ª R: Inquérito Policial e demais peças informativas – Distribuição e tramitação364
- TRF-4ª R: Protocolo expresso – Alteração.....363

ATOS DO LEGISLATIVO

- Sistemas de energia elétrica: Limites à exposição humana – Alteração do Código Florestal.....362

LEMBRETE

- Anistiado Político – Procedimento para requerimento.....362

DOCTRINAS

- Incidência do ISS sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais – Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de Souza361
- Milagre da ciência – Maria Berenice Dias.....360

- O artigo 28 do Código de Processo Penal e a independência funcional dos membros do Ministério Público – Rômulo de Andrade Moreira359

ESTUDO DE CASOS

- Associação de moradores – Cobrança de cotas condominiais357
- Redução salarial de professor – Possibilidade.....355

NOTICIÁRIO

Destaques da semana354

- Carmem Lúcia dará a palavra final nos dispositivos de patentes *pipelines*
- Companhia tem direito a herança total
- Crédito do IPI na compra de insumos só vale a partir de 1999
- Empresa é condenada por crime de racismo
- Ex-executivos são denunciados pelo MPF por *insider trading*
- OAB contesta leis do RJ que criam e extinguem Juizados e Varas
- Para STJ, penhora *on line* não é de caráter excepcional
- Reconhecida repercussão geral sobre concurso público e contribuição previdenciária de militares

Projetos de lei352

- Aprovada divulgação obrigatória de gasto público na internet
- Comissão rejeita benefício para quem mora perto de usina nuclear
- E-mail poderá servir na produção de prova documental
- Proposta isenta de indenização ao locador que não renovar contrato
- Redução da maioria penal causa polêmica no Senado Federal

Concursos públicos351



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 08/05/2009 – EXPEDIÇÃO: 10/05/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 304/289 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 19

TEMAS EM DESTAQUE P40

PROCESSO CIVIL

Denúnciação da lide

♦ A transação ocorrida na lide principal entre autor e réu-denunciante não aproveita e nem prejudica terceiros, não extinguindo, automaticamente, a demanda secundária.

Justiça gratuita

♦ Em havendo fundadas razões, o juiz pode exigir do pretendente à assistência judiciária a comprovação da insuficiência de recursos.

CIVIL E COMERCIAL

Alimentos

♦ A modificação das condições econômicas de possibilidade ou de necessidade das partes, constitui elemento condicionante da revisão e da exoneração de alimentos.

Responsabilidade civil

♦ A omissão do pai quanto à assistência afetiva pretendida pelo filho não se reveste de ato ilícito, inexistindo a possibilidade de reparação.

PENAL E PROCESSO

Calúnia

♦ Em se tratando de calúnia contra vítima menor, o direito de queixa decai em 6 meses, contados da data em que o representante legal vier a saber quem é o autor do crime.

Concurso formal

♦ Configura-se o concurso formal, quando praticado o crime de roubo, mediante uma só ação, contra vítimas diferentes, ainda que da mesma família.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Cargo de confiança

♦ Alçada a atividade de editoria jornalística ao status de função de confiança, é indevido o pagamento de horas extras aos editores.

Responsabilidade solidária

♦ Na cisão com extinção da empresa cindida, as sociedades que absorverem parcelas de seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da companhia extinta.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Ensino superior

♦ O aluno aprovado em concurso vestibular possui direito à realização simultânea de mais de um curso de graduação na mesma instituição de ensino pública.

Responsabilidade civil do Estado

♦ Cabe ao Estado-Administração justificar o retardo na concessão de aposentadoria. Se não o faz, há presunção de culpa, o que justifica a indenização do prejuízo.

TRIBUTÁRIO

Ação de repetição de indébito

♦ Cabe ao contribuinte provar a retenção indevida de IR na fonte e cabe à Fazenda comprovar que o tributo foi restituído administrativamente ou compensado.

Imposto sobre serviços

♦ A situação que evidencia a solidariedade, quanto ao ISS, é a existência de duas ou mais pessoas na condição de prestadoras de apenas um único serviço para o mesmo tomador.

PUBLICAÇÃO MENSAL

ANO XXV
Nº 5

MAIO
2009

ISSN 1981-5522



BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

**DOCTRINA – PARECERES – JURISPRUDÊNCIA – LEGISLAÇÃO
TRIBUNAIS DE CONTAS (DECISÕES E ORIENTAÇÕES)**

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVAS PARA TODO O BRASIL

EDITORA **NDJ** LTDA.

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DDG: 0800-775-7000 Tel.: (11) 3225-7000 Fax: (11) 3225-7001

E-mail: ndj@ndj.com.br Internet: www.ndj.com.br

R. Conselheiro Crispiniano, 344 4º andar
01037-908 São Paulo/SP



BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

DELEGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO (PARTE 1) (Alexandre Santos de Aragão)	525
GESTÃO COMPARTILHADA DE BENS PÚBLICOS: ACORDOS MULTILATERAIS FIRMADOS ENTRE ESTADO, CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR (Gustavo Justino de Oliveira e Ana Carolina Hohmann)	541
O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO: CONSIDERAÇÕES À LUZ DO PENSAMENTO DE KLAUS GÜNTHER (Marcos César Botelho)	557
A CONSTITUCIONALIDADE DA HIPÓTESE DOS FUNDOS GARANTIDORES DA PARCEIRIA PÚBLICO-PRIVADA (Fernando Vernalha Guimarães)	567
IBAMA – Despesas sem Previsão Financeira e Orçamentária – Contrato Verbal – Gestor – Rejeição das Razões de Justificativa – Multa – Determinações (Tribunal de Contas da União)	579
INTERNAÇÃO HOSPITALAR – Autorizações – Utilização Indevida de Recursos – Ausência de Prestação de Contas – Responsabilização do Gestor – Imputação de Débito e Aplicação de Multa (Tribunal de Contas da União)	583
APOSENTADORIA – Militar das Forças Armadas – Averbação – Acréscimo de Um Terço ao Tempo de Serviço – Localidade Não Classificada como de Categoria Especial – Ilegalidade (Tribunal de Contas da União)	588
NEPOTISMO – Vedação por Resolução do Conselho Nacional de Justiça – Subordinação Hierárquica – Exoneração de um dos Parentes – Fim da Situação de Incompatibilidade entre os Servidores (Tribunal de Contas da União)	592
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO – Resolução – Juiz do Trabalho Substituto – “Remoção a Pedido” – Aplicação Transversal do Instituto da Transferência – Inadmissibilidade – Afronta à Carta Magna e à Loman (Tribunal de Contas da União)	599

continua...

(888) 1.50.81.46

Fórum de Direito Urbano e Ambiental

Este é o primeiro número da nova coleção de artigos, que visa a trazer para o leitor o conteúdo de discussões jurídicas relevantes, bem como a promover o debate acadêmico e a troca de experiências entre os profissionais da área.



ISSN 1676-6962

Fórum de Dir. Urbano e Ambiental - FDUA | Belo Horizonte | ano 8 | n. 43 | p. 1-139 | jan./fev. 2009

Sumário

DOCTRINA

Artigos

<i>Royalties</i> do petróleo para o financiamento do "Mercado de Commodities Ambientais" no Norte do Estado do Rio de Janeiro e Sul do Estado do Espírito Santo Amyra El Khalili	7
Bioética e direito dos animais Edna Cardozo Dias	16
A (des)proteção legal das unidades de conservação de uso sustentável Eduardo Luiz Santos Cabette, Nilson Manoel da Silva	22
A ação de desapropriação por utilidade pública e os requisitos para a concessão de imissão provisória na posse Georges Louis Hage Humbert	24
Competência legislativa e combate ao amianto em defesa da saúde e do meio ambiente saudável Helita Barreira Custódio	30
Alternativas jurídicas para a gestão de resíduos sólidos J. U. Jacoby Fernandes	46
Direito processual urbanístico: tutela jurídica do direito à cidade na Amazônia Maurício Leal Dias	49
Obstáculos para a efetivação do direito à moradia Renata Gomes da Silva	57
Reflexos do paradigma ecológico na ciência jurídica Robertônio Pessoa	63
Responsabilidade civil do Estado decorrente de licenciamento ambiental indevido Taciana Mara Corrêa Maia Peloso	69
Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho	
Averbação de áreas de reserva legal Helena Telino Neves	77
Movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos e Convenção da Basiléia Mariana Gomes Welter	78
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
Acórdãos na Íntegra	
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	
Patrimônio cultural brasileiro – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – Preservação – Cadastramento nacional – Legalidade – Dano de âmbito nacional – Competência jurisdicional – Código de Defesa do Consumidor. Apelação Cível nº 2006.38.00.039883-4/MG	83
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	
Administrativo – Dano ambiental – Pulverização de agrotóxico – Mortandade de peixes – Dimensionamento verificado no local – Desnecessidade de laudo técnico Apelação/Reexame Necessário nº 2005.71.11.000835-4/RS	97
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	
Criação de Unidade de Conservação – Zona de amortecimento em área urbana consolidada – Proibição de concessão de licenciamento restrita à área do ecossistema intocado – Preservação da integridade de Parque Ecológico. Agravo de Instrumento nº 88338/CE	99

Fórum de Direito Urbano e Ambiental



ISSN 1676-6962

Sumário

DOUTRINA

Artigos

O que são os "Documentos BECES"?	7
Amyra El Khalili	7
As sanções administrativas aplicáveis pela falta de averbação da reserva legal. Constitucionalidade e legalidade do art. 55 do Decreto nº 6.514/08	9
Curt Trennepohl	9
O advogado ambientalista	15
Edna Cardozo Dias	15
Planejamento urbano e regulação ambiental em nível local – Aspectos comparativos entre os modelos de regulação urbanística e licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades urbanas no Reino Unido e no Brasil	20
Rogério Palhares Zschaber de Araújo	20
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em terrenos de marinha	36
Sandra Pires Barbosa	36
A lei federal que dispõe sobre aplicação de sanções administrativas ambientais é inconstitucional	47
Toshio Mukai	47

Pareceres

Prorrogação de concessão de centrais geradoras hidrelétricas com potência instalada até 1.000 kW	49
Dilermando Gomes de Alencar	49
Imputação de multa em decorrência de dano ambiental	56
Toshio Mukai	56

Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

O lançamento de efluentes não-contaminados	83
Ricardo Henrique Ferreira Cardoso	83
A concessão de benefícios do INSS com a adoção do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP)	84
Mirian Lacerda de Brito	84

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça	
Ação civil pública – Queimada – Fundamentos insuficientes para reformar a decisão agravada – Pedido de provimento jurisdicional que garanta o direito de realizar a queimada se obtiver licença ambiental – Inovação recursal – Impossibilidade. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 418.565/SP	87
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	
IPHAN – Imóvel tombado – Propriedade da União – Obrigatoriedade da União de arcar com as obras necessárias à manutenção e reparação do imóvel tombado. Apelação Cível nº 2003.51.01.025442-0	91
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	
Ambiental – Agravo de instrumento – Ação civil pública – Condomínio – Área de preservação ambiental – Elaboração de plano de recuperação de área degradada – Bloqueio da matrícula do imóvel	98
Agravo de Instrumento nº 2008.03.00.009269-9	98
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	
Ação civil pública – Licenças ambientais concedidas pela FATMA – Riscos ao meio ambiente – Previsibilidade. Agravo de Instrumento nº 2007.04.00.020136-0/SC	102
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	
Ambiental – Projeto de aterro sanitário – Omissão do Poder Público quanto à concretização de direitos fundamentais – Prejuízo ao meio ambiente e à saúde pública – Proteção por via da ação civil pública – Reserva do possível. Remessa Ex-Officio em Ação Cível nº 415646/PB	105

Sumário

Ementário

Ação civil pública	109
Ação popular	111
Administrativo	111
Aterro sanitário	114
Constitucional	115
Crime ambiental	116
Dano ambiental	119
Impacto ambiental	121
Licenciamento ambiental	121
Parcelamento urbano	122
Preservação ambiental	122
Recuperação ambiental	123
Reserva legal	123
Responsabilidade civil	123
Tombamento	124

Tendências Jurisprudenciais

Biota	127
Crime ambiental	127
Dano ambiental	127
Preservação ambiental	129
Responsabilidade civil	130
Tombamento	130

LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação	131
---------------------------------	-----

ÍNDICE	133
--------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	137
----------------------------------	-----

REVISTA BRASILEIRA
DE DIREITO PÚBLICO
RBDP



ISSN 1678-7072

R. bras. de Dir. Público - RBDP	Belo Horizonte	ano 7	n. 24	p. 1-222	jan./mar. 2009
---------------------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

O magistrado, protagonista do processo jurisdicional?

J. J. Calmon de Passos 9

Constitucionalismo, Estado e direito administrativo no Brasil

Robertônio Santos Pessoa 19

1 Estado, constitucionalismo e administração pública na era Vargas 19

2 A redemocratização com a Constituição de 1946 23

3 Formação do direito administrativo brasileiro na era Vargas 25

4 O regime militar e a Reforma Administrativa 27

5 Consolidação do direito administrativo entre 1967 e 1988 30

6 Constituição Federal de 1988 e seus reflexos 32

7 Crise do Estado no Brasil, Reforma Administrativa e paradigma da eficiência 35

8 Reflexos da reforma gerencial no direito administrativo 36

9 Desenvolvimento do constitucionalismo democrático 40

10 O novo constitucionalismo e o direito administrativo 42

11 Conclusões 46

Controle da atividade de juízes e promotores de justiça pelo CNJ e CNMP

Manoel Jorge e Silva Neto 49

1 Questões introdutórias 49

2 O poder regulamentar do CNJ e do CNMP. *O paradoxo da defesa do controle externo do Poder Judiciário* 51

3 Atividade do CNJ e do CNMP: atos fiscalizatórios concretos da atuação judicial e ministerial – Limites 53

4 A atividade do CNJ e do CNMP, as resoluções e o princípio da legalidade 56

5 Conclusão 61

Referências 62

Da inconstitucionalidade parcial dos Decretos presidenciais nº 5.773/06 e 5.786/06: centros universitários e faculdades

Magno Federici Gomes 63

1 Introdução 64

2 Relação jurídico-educacional 68

3 Níveis de abrangência ou especialização das IES 74

4 Conclusão 78

Referências 80

Seleção de organizações sociais para contratação de serviços nas áreas de saúde, educação e cultura

Edite Hupsel	83
O contrato de gestão no ordenamento jurídico pátrio	84
Das organizações sociais, sua natureza e finalidade	85
A questão da constitucionalidade da descentralização, por contrato, da prestação de serviços públicos ditos sociais, cuja prestação não é exclusiva do Estado	86
A questão da necessidade de licitação com vistas à escolha de organizações sociais para celebração de contrato de gestão	89
Critérios de seleção de organizações sociais para a contratação de serviços sociais, não exclusivos do Estado, nas áreas de saúde, educação e cultura	91
As organizações sociais e a obrigatoriedade de realização de licitações para contratações de obras, serviços e fornecimento	92
Conclusões	93

Responsabilização na gestão das políticas públicas e a contratualização com organizações sociais

Flávio Alcoforado, Tiago Cacique Moraes	95
O controle social	96
Prestação de contas e <i>accountability</i>	96
Modelos de controle: do procedimento aos resultados	97
O modelo de Organizações Sociais no Brasil	99
A responsabilização no modelo OS: considerações sobre controle social e <i>accountability</i>	104
Considerações finais	106
Referências	107

Direito administrativo transnacional

Eurico Bitencourt Neto	109
1 Introdução	109
2 Direito Administrativo Europeu	112
2.1 Noção	112
2.2 Origem e traços gerais	113
3 Direito Administrativo Global	117
3.1 Noção	117
3.2 Origem e traços gerais	119
4 Conclusões	122
Referências	124

A advocacia da concorrência como estratégia para redução do impacto anticompetitivo da regulação estatal

Eduardo Ferreira Jordão	127
1 O objetivo e a estrutura deste artigo	127
2 As principais características da atividade de advocacia da concorrência	130
2.1 A complementaridade à aplicação repressiva do direito antitruste	131
2.2 O seu efeito anticaptura	132
2.3 A titularidade das competências relativas à advocacia da concorrência	134

3	A advocacia da concorrência no direito estrangeiro	135
3.1	Estados Unidos	135
3.2	União Européia	136
4	A advocacia da concorrência no direito brasileiro	137
4.1	As competências atribuídas ao CADE	138
4.2	As competências atribuídas à SDE e à SEAE	143
4.3	A reforma do SBDC e a advocacia da concorrência	145
5	A avaliação dos resultados da advocacia da concorrência	147
6	Conclusão.....	149
	Referências	150

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Lei estadual – Alteração de divisas – Inconstitucionalidade de Lei estadual posterior à EC 15/96 – Ausência de lei complementar federal – Afronta ao art. 18, §4º, CR/88 – Omissão do Poder Legislativo – Existência de fato – Situação consolidada – Estado de exceção. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.689-1/PA

157

Supremo Tribunal Federal

Processo Administrativo Disciplinar – Cerceamento de defesa – Princípios do contraditório e da ampla defesa – Ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar – Não ofensa a Constituição. Recurso Extraordinário nº 434.059-3/DF

193

Supremo Tribunal Federal

Contribuição previdenciária – Proventos – Militar – Incidência – Imunidade tributária – Inexigibilidade da contribuição – EC nº 41/03. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 475.076-7/SC

209

Índice

217

Instruções para os autores

221

A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional

 **Editora Fórum**

ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 9	n. 35	p. 1-240	jan./mar. 2009
--	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

La responsabilidad estatal ante la huida del Derecho administrativo

Carlos E. Delpiazzo	13
I Punto de partida	13
1 Reafirmación de la responsabilidad como principio	14
2 Amplitud	16
II Desafíos de la huida del derecho administrativo	17
1 Características del fenómeno	17
2 Manifestaciones organizativas	19
III Extension de la responsabilidad estatal	23
1 Comunicabilidad de la responsabilidad frente a la huida por concesiones	23
2 Comunicabilidad de la responsabilidad frente a la huida por tercerizaciones	25
IV Medios para hacer efectiva la responsabilidad estatal	28
1 Principios aplicables	28
2 Solución positiva: tránsito de la contratación administrativa a la contratación pública	30
3 Solución jurisprudencial: levantamiento del velo	32
V Conclusion	33

Constituição e a fênix: o controle da omissão legislativa renasce das cinzas na proteção aos direitos fundamentais

Vanice Lírio do Valle	35
1 Direito, omissão e imaginário constituinte: sobre os riscos do desvirtuamento insidioso do texto constitucional	36
2 Compromissos constitucionais e instrumentalidade do poder: fundamento da relevância jurídica da omissão e reconfiguração do equilíbrio e harmonia entre poderes	39
3 Potencialidades do agir jurisdicional em matéria de omissão legislativa, o exercício intelectual desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal: a movimentação nas cinzas da pira da fênix	45
3.1 A ADI nº 3.276, Relator o Min. Eros Grau: a pronúncia da inconstitucionalidade por omissão como meio de coerção à ação legislativa	46
3.2 A ADI nº 3.682, Relator o Min. Gilmar Mendes: a pronúncia da inconstitucionalidade por omissão legislativa, com assinalação de "prazo razoável" para a prolação da norma e de conteúdo necessário ao futuro instrumento legislativo	48
3.3 Os MIs nº 721 e nº 758, Relator o Min. Marco Aurélio: aplicação, por analogia, de norma reguladora de aposentadoria especial do RGPS a servidores públicos como mecanismo de superação da omissão	51
3.4 Os MIs nº 670, nº 708 e nº 712: superação da lacuna legislativa atinente à regulação do direito de greve dos servidores públicos	53
4 Prognóstico de desenvolvimento da matéria: a fênix renasce das cinzas e traz consigo uma nova pauta de reflexão para o sistema brasileiro de jurisdição constitucional	55

As transformações discretas do controle de constitucionalidade difuso e concreto: uma realidade que precisa ser reconhecida e refletida	
Nicole P. S. Mader Gonçalves	61
1 Introdução	61
2 O controle de constitucionalidade no Brasil: do difuso ao concentrado	62
3 A Lei nº 9.756/98 e a limitação do controle de constitucionalidade <i>difuso</i> pelos Tribunais	66
4 A previsão de <i>amicus curiae</i> também no controle difuso de constitucionalidade	71
5 As inovações da EC nº 45/04: mais limites para o controle difuso	75
5.1 A exigência de repercussão geral	75
5.2 A súmula vinculante: efeitos práticos e imediatos sobre o controle difuso	80
6 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	89
6.1 Um novo recurso extraordinário?	89
6.2 A revisão do papel do Senado Federal	91
6.3 A modulação de efeitos temporais em sede de controle difuso	96
7 Considerações finais	98
Referências	101
Poder de polícia sobre as instituições de ensino superior: procedimentos administrativos de supervisão e avaliação	
Magno Federici Gomes	105
1 Introdução	105
2 Da supervisão sobre a educação superior	113
3 Da avaliação da educação superior	119
4 Conclusões	128
Referências	131
Direitos fundamentais: a questão dos pneumáticos no Mercosul	
Eduardo Bicchí Gomes	137
1 Introdução	137
2 Proteção ao meio ambiente enquanto direito fundamental nos Estados-Partes do Mercosul	142
3 A questão dos pneumáticos na OMC	152
4 Considerações finais	155
Políticas públicas: o diálogo entre o jurídico e o político	
Júlio Herman Faria	157
Introdução	157
1 Um sistema <i>sui generis</i>	158
1.1 O subsistema político	159
1.2 O subsistema constitucional	159
1.3 O subsistema eleitoral	160
1.4 O subsistema administrativo	161
1.5 O subsistema financeiro	162
1.6 O subsistema de controle externo e interno	163
1.7 O subsistema de controle social	164
2 A nova missão do Direito administrativo de participação	165
Conclusão	166
Referências	168

A política nacional de uso de biodiesel – O direito como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável	
Fernando do Rego Barros Filho	171
1 Introdução	171
2 Desenvolvimento social como integrante do conceito de desenvolvimento sustentável	172
2.1 Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	172
2.2 Desenvolvimento social como consequência do desenvolvimento sustentável	174
3 Meio ambiente como um fator informativo da atividade econômica e instrumento de afirmação da ordem social	175
3.1 Nova racionalidade produtiva e desenvolvimento social	175
3.2 A legitimidade e a eficácia das normas ambientais e de desenvolvimento social ...	178
3.3 O sistema constitucional brasileiro	179
4 A política nacional de produção de biodiesel	180
4.1 Regras para uma política pública energética	180
4.2 Padrões para a inclusão social	181
4.3 Incentivos fiscais específicos	182
5 Análise aprofundada do sistema implementado	182
5.1 Eficiência das regras de inclusão social	183
5.2 Conseqüências ambientais	185
5.3 Viabilidade econômica do programa	188
6 Conclusões	190
Referências	191
La responsabilidad hacia la Administración en el Derecho Administrativo uruguayo	
Augusto Durán Martínez	195
Parecer	
Possibilidade de inserção de cláusula de prorrogação nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica: interpretação sistemática da Lei nº 9.074/95	
Dilermando Gomes de Alencar	217
I Dos fatos	217
II Do direito	224
II.1 Considerações preliminares	224
II.2 Da natureza jurídica das cláusulas de prorrogação	225
II.3 Das outorgas de concessão decorrentes da aplicação do artigo 27 da Lei nº 9.074/95	226
II.4 Da inserção de cláusulas de prorrogação nos contratos de concessão desverticalizados	228
III Conclusão	230
Índice	231
Abstracts	235
Instruções para os autores	239

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1413-3873

REVISTA
DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

(Art. 168 da Lei Complementar nº 106, de 03 de janeiro de 2003)

Revista do Ministério Público Rio de Janeiro n. 28 abr. /jun. 2008

SUMÁRIO

DOCTRINA

Benedito Calheiros Bomfim - A Candidatura a cargo eletivo e a Constituição	3
Carla Carvalho Leite - Depoimento sem dano: a inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em juízo	7
Carlos Roberto Barbosa Moreira - Aspectos da conversão do negócio jurídico	15
Carlos Roberto de C. Jatahy - 20 anos de Constituição: o novo Ministério Público e suas perspectivas no Estado Democrático de Direito	31
Damásio de Jesus - Nova Lei Antidrogas – Alguns questionamentos	45
Emerson Garcia - Proteção e inserção da mulher no Estado de Direito: a Lei Maria da Penha	49
Fabiano Gonçalves Cossermelli Oliveira - O Poder requisitório do Ministério Público frente a dados de caráter sigiloso	69
Gianpaolo Poggio Smanio - As funções do Direito Penal	89
Guilherme Peña de Moraes - Os vinte anos da Constituição da República Federativa do Brasil: retrospectiva, perspectiva e prospectiva	91
Jayme Walmer de Freitas - Lei 11.596/2007: o legislador e seus equívocos sem fim	99
Joel Tovil - Mandado de segurança coletivo	109
José dos Santos Carvalho Filho - A desapropriação e o princípio da proporcionalidade	117
José Marcelo Martins Proença - Modificação da legislação sobre compromisso de cessação em processo administrativo junto ao CADE – A recente alteração do art. 53 da Lei 8.884/94	139
Marcelo Lessa Bastos - Processo Penal e gestão da prova – Os novos arts. 155 e 156 do Código reformado (Lei nº 11.690/08)	141
Marcus Vinícius Amorim de Oliveira - Prerrogativa de foro e sistema de justiça criminal	157
Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 28, abr./jun. 2008	XI

Marcus Vinicius da Costa Moraes Leite - Interceptações telefônicas: reflexões e polêmicas	167
Maria Helena Ramos de Freitas - O princípio da prioridade absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente e o controle jurisdicional das omissões administrativas	201
Reis Friede - Do atendimento médico-hospitalar aos ex-combatentes: uma sucessão de equívocos	209
Rodrigo de Abreu Fudoli - Inovações referentes a procedimentos penais (Lei 11.719/2008, de 20.06.08).....	231
Rodrigo Reis Mazzei - Justificativas dos Enunciados 309, 315 e 322 do CJF	261
Grupo de Estudos Avançados (GEA) da Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus - Sófocles: o tirano e o direito	271

PARECERES E RAZÕES

- *Arquivamento recusado*. Art. 28 do Código de Processo Penal. Procedimento policial destinado à apuração de crime de atentado violento ao pudor, tendo como vítima adolescente de 13 anos de idade à época dos fatos. Pretensão de arquivamento fundada no cotejo dos elementos de convicção presentes nos autos, com a conclusão do órgão de execução oficiante no sentido da ausência de lastro probatório mínimo para o oferecimento de denúncia. Discordância judicial com remessa dos autos à Chefia do *Parquet*. Impossibilidade de cotejo de elementos de convicção com um mínimo de potencialidade probatória na fase pré-denuncial. Conceito de lastro probatório mínimo, objetivamente delineado. Análise crítica do princípio *in dubio pro societate*. Parecer no sentido de *não insistir no arquivamento*. (Daniel Lima Ribeiro)
- 281
- Transexualismo. Requerimento de retificação de registro civil objetivando a mudança de nome e a retificação do estado sexual atual (masculino) para feminino, bem como, a alteração do nome. Cirurgia de redesignação do sexo ou de transgenitalização já realizada, com acompanhamento médico e psicoterápico (fls. 19 e 36/37), nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.652/2002. Direito a autodeterminação sexual de transexuais reconhecido e tutelado pelo *direito geral de personalidade*. Parecer pela procedência do pedido com a permissão da redesignação do estado sexual do requerente e do seu prenome no as-

Revista **Bonijuris**

MAIO/09

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXIV

Nota Promissória - Execução de Sócio -
- Avalista - Falência do Sacador (STJ)

Locação - Prorrogação do Contrato
por Tempo Indeterminado (STJ)

Medida Cautelar - Atribuição de Efeito
Suspensivo a Recurso Especial (STJ)

Fornecimento de Bebida Alcoólica a Menor
- Crime Previsto no Art. 243/ECA (TJ/MS)

Hora Extra - Ausência de Intervalo Intra-jornada
- Comprovação (TRT/10a. Reg.)

Instituição de Ensino Superior - Comportamento
Abusivo de Aluno - Trote (TRF/1a. Reg.)

Contrato de Franquia - Não Incidência do ISS - Mera
Prestação de Serviço Afastada (TJ/RS)

LEGISLAÇÃO

Pág. LI

Lei nº 11.921/09 - Alteração - Lei 9.478/97
- Atividade Relativa ao Monopólio do Petróleo

Decreto nº 6.823/09 - IPI - Nova Tabela
da Incidência - TIPI

DOCTRINA

NOTAS SOBRE O DIREITO PENAL DO INIMIGO

Antonio Carlos Santoro Filho

Pág. V

SUBPRIME MORTGAGE NO SFH E A SÚMULA Nº 84 DO STJ: O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO CORRE RISCO?

Bruno Mattos e Silva

Pág. VI

O PROCESSO ELETRÔNICO E A MOROSIDADE DA JUSTIÇA - ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A LEI 11.419/06

Alexia Rodrigues Brotto

Pág. X

A REDUZIDA TRANSPARÊNCIA E A COMPLEXIDADE DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS NO BRASIL

Joacir Sevegnani

Pág. XVII

O LIMITE EMPRESARIAL ENTRE A COBRANÇA E O ASSÉDIO

Felipe Siqueira de Queiroz Simões

Pág. XX

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS Pág. LII

Controvérsias Jurisprudenciais Relacionadas ao Exercício da Profissão
de Técnico em Radiologia

Hidemberg Alves da Frota

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001

STF - Registro nº 34/2003

STJ - Registro nº 56/2005

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 45 • nº 180
Outubro/dezembro – 2008

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA
de
INFORMAÇÃO
LEGISLATIVA

Brasília · ano 45 · nº 180 · outubro/dezembro · 2008

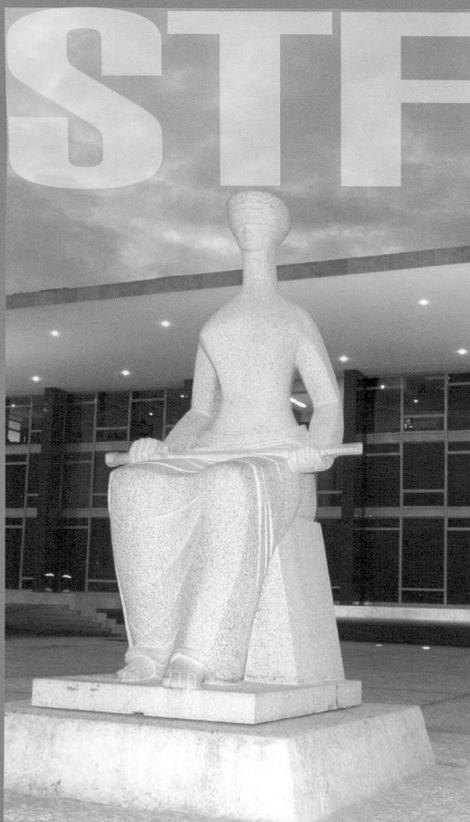
José Levi Mello do Amaral Júnior	Análise do fundamento jurídico do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem 7
Vladimir da Rocha França	Limites constitucionais do decreto regulamentar na criação e extinção de órgãos e cargos públicos no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte 17
Túlio Lima Vianna	Crítica da razão comunicativa. O direito entre o consenso e o conflito 31
Eduardo Biacchi Gomes	Direitos Fundamentais. A questão dos pneumáticos no Mercosul 47
Cleber Francisco Alves	A influência do pensamento liberal de Benjamin Constant na formação do Estado Imperial Brasileiro 65
Aziz Tuffi Saliba	Nacionalidade brasileira e Direito Internacional. Um breve comentário sobre a Emenda Constitucional nº 54/2007 77
Dilvanir José da Costa	Filiação jurídica, biológica e socioafetiva 83
Mônica Sette Lopes	Juristas e jornalistas. Impressões e julgamentos 101
Paulo José Leite Farias	A dimensão econômica do meio ambiente. A riqueza dos recursos naturais como direito do homem presente e futuro 115
Weliton Carvalho	Direito Comparado. Método ou ciência? 139
José Pedro Luchi	Democracia, exigências normativas e possibilidades empíricas 147
Cláudio Araújo Reis e Luiz Eduardo Abreu	Administrando conflitos de interesses. Esforços recentes no Brasil 161
Aroldo Plínio Gonçalves e Ricardo Adriano Massara Brasileiro	Cerceamento de defesa no indeferimento de prova pericial. Violação de direito fundamental da parte e lesão da ordem jurídica constituída 175
Lilia Maia de Moraes Sales e Emanuela Cardoso Onofre de Alencar	Tráfico de seres humanos. Algumas diferenciações 179
Jorge Barrientos-Parra e Elaine Cristina Vilela Borges Melo	O direito à intimidade na sociedade técnica. Rumo a uma política pública em matéria de tratamento de dados pessoais 197

João Baptista Herkenhoff e Antonio Côrtes da Paixão	Garantias processuais dos direitos humanos no sistema jurídico brasileiro 215
Marco Aurélio Gumieri Valério	Biodiesel. Combustível para o desenvolvimento social 243
Maria Inês Gandolfo Conceição e Maria Cláudia Santos de Oliveira	A relação adolescente–drogas e as perspectivas da nova legislação sobre drogas 253
Alexandre Marques da Silva Martins	Os valores em Miguel Reale 263
Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha	Hermenêutica jurídica em Kelsen. Apontamentos críticos 279
Ana Carolina Brochado Teixeira e Luciana Dadalto Penalva	Autoridade parental, incapacidade e melhor interesse da criança. Uma reflexão sobre o caso Ashely 293
Fabrcio Bertini Pasquot Polido	O desenvolvimento do novo regionalismo asiático no direito de integração. Notas sobre a ASEAN e APEC 305
Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro	Liberdade religiosa, separação Estado–Igreja e o limite da influência dos movimentos religiosos na adoção de políticas públicas. Aborto, contraceptivos, células-tronco e casamento homossexual 347
Paulo Sávio Peixoto Maia	O Supremo Tribunal Federal como “tribunal político”. Observações acerca de um lugar comum do direito constitucional 375

SELEÇÕES JURÍDICAS

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

MAIO/2009



REPOSITÓRIO
AUTORIZADO DE
JURISPRUDÊNCIA

— PANORAMA —

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

E

OS NOVOS PODERES DA JUSTIÇA

O STF mudou e está mudando a vida de toda a sociedade brasileira

Células-tronco - Cotas - Índios - Aborto
Como o Supremo está moldando o Brasil do futuro

Quem são os 11 ministros
Por que eles ganham tanto poder?

Audiências públicas - Repercussão geral - Súmulas vinculantes

Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática

— Destaques —

Concurso público

Retificação de edital após início do certame

Decreto-Lei nº 3.365/41

O desvio de finalidade na ação expropriatória

Direito Marítimo

A arbitragem no mundo moderno

Lei de Greve

Transgressão e demissão por justa causa

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

Registro nº 39/2008
(DJE de 4-4-2008)

TST

Registro nº 32/2007
(D-J-U, 17-10-2007)

Sumário

DOUTRINAS

- A arbitragem no mundo moderno: arbitragem marítima – **Leon Frejda Szklarowsky** 3
- O desvio de finalidade na ação expropriatória: interpretação sistemática do Decreto-Lei nº 3.365/41 – **Rita Tourinho** 16

PANORAMA ESPECIAL

- **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**
- Os novos poderes da Justiça: o STF mudou e está mudando a vida de toda a sociedade brasileira – **Janaína Rosa Guimarães** e **Amanda de Abreu Cerqueira Carneiro** 22
- Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática – **Luís Roberto Barroso** 34

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Concurso público – Retificação de edital após início do certame 41
- Fixação de pena – Aplicação abaixo do mínimo legal 47

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Desapropriação – Imissão provisória na posse – Avaliação pericial 50
- Negócio jurídico celebrado por inventariante dativo – Venda a non domino 53

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Honorários advocatícios – Devolução diante de ação rescisória 57
- Transgressão à Lei de Greve – Demissão por justa causa 58

ISSN 0034-9275

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 98 • volume 882 • abril 2009 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(*DJU* 23.10.1985, p. 18.861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(*DJU* 06.06.1990, p. 5.171).

PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia,
Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás,
Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do
Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná,
Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande
do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia,
Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe,
Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

- Alimentos gravídicos
JESUALDO EDUARDO DE ALMEIDA JÚNIOR 9
- Sobre a repercussão geral e os recursos especiais repetitivos, e seus reflexos nos processos coletivos
LUIZ RODRIGUES WAMBIER E RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS..... 25

Segunda Seção

- O potencial transformador dos direitos “privados” no constitucionalismo pós-88: igualdade, feminismo e risco
ALEXANDRE GUSTAVO MELO FRANCO BAHIA E DIERLE JOSÉ COELHO NUNES 45
- O seguro de pessoas e o prévio exame médico
AYRTON PIMENTEL E ADILSON JOSÉ CAMPOY 61

Terceira Seção

- Resolução, rescisão, rescisão e denúncia do contrato: questões envolvendo terminologia, conceito e efeitos
ALBERTO GOSSON JORGE JUNIOR 87

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

- O princípio da proporcionalidade aplicado ao direito penal: fundamentação constitucional da legitimidade e limitação do poder de punir
FÁBIO ROQUE DA SILVA ARAÚJO 339

Segunda Seção

- Da necessidade do exercício escorreito da liberdade de imprensa como corolário do devido processo legal
CLAUDIO JOSÉ AMARAL BAHIA E ANA CAROLINA PEDUTI ABUJAMRA..... 378

Terceira Seção

- Verificação e revisão dos fatos e prognoses legislativos das normas penais pela jurisdição constitucional
RICARDO PEDRO BOM FILHO 413

JURISPRUDÊNCIA PENAL

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal 491
2. Superior Tribunal de Justiça 532
3. Tribunal de Justiça de São Paulo 588
4. Justiça dos Estados 613
 - Tribunal de Justiça do Acre 613
 - Tribunal de Justiça do Amapá 616

ISSN 1984-512X

REVISTA JURÍDICA

da Seção Judiciária

de Pernambuco

Número 1
2008

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
<i>Juiz Federal Diretor do Foro</i>	13
ARTIGOS	
COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	
<i>Ana Patrícia Lopes Farinha</i>	15
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À EFETIVIDADE E À SEGURANÇA EM PERSPECTIVA DINÂMICA	
<i>Carlos Alberto Alvaro de Oliveira</i>	57
O CONTROLE DO VALOR ADUANEIRO E A SÚMULA 323 – STF	
<i>Edilson Pereira Nobre Júnior</i>	75
RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE TURISMO	
<i>Eduardo Walmsley Soares Carneiro</i>	87
REFLEXÕES ACERCA DA LEGITIMIDADE DAS CLÁUSULAS PÉTREAS	
<i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler</i>	131
SENTENÇA CONSTITUTIVA E EXECUÇÃO FORÇADA	
<i>Fredie Didier Jr.</i>	160
POLÍTICOS CORRUPTOS, POLÍTICOS BANDIDOS E POLÍTICOS PERSEGUIDOS: A PRESUNÇÃO DE NÃO-CULPABILIDADE E A MORALIDADE ELEITORAL	
<i>George Marmelstein</i>	174
OS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA NO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PARA A TUTELA DE DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO	
<i>Ivana Mafra Marinho</i>	192
A ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR	
<i>Leonardo José Carneiro da Cunha</i>	213

DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA: “JUSTICIABILIDADE” NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
<i>Leonio José Alves da Silva</i>	228
O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: 200 ANOS INDEPENDENTE	
<i>Milena Marcone Ferreira Leite</i>	259
AS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: NATUREZA JURÍDICA E SUA REPERCUSSÃO NO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	
<i>Ronaldo Pinheiro de Queiroz</i>	298
SEGURANÇA JURÍDICA E IRRETROATIVIDADE DA NORMA PROCESSUAL	
<i>José Miguel Garcia Medina, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier</i>	315
ASPECTOS CONTROVERTIDOS NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	
<i>Vinícius Costa Vidor</i>	337
MEMÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL	
“JUÍZES FEDERAIS JÁ EM FUNÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL” (Diário de Pernambuco, 13/05/1967)	353
“MINISTRO QUER INSTALAÇÃO IMEDIATA DA JUSTIÇA FEDERAL NOS ESTADOS” (Diário de Pernambuco, 01/06/1967)	354
“TÉCNICOS ESTUDAM ADAPTAÇÃO DE PRÉDIO PARA JUSTIÇA FEDERAL” (Diário de Pernambuco, 21/06/1967)	355
“INAUGURA-SE HOJE FÓRUM NEVES FILHO” (Diário de Pernambuco, 11/12/1968)	357
“JUIZ FEDERAL DETESTA A JUSTIÇA COMO ARMA DOS PODEROSOS” (Diário de Pernambuco, 12/12/1968)	358
DO SONHO À REALIDADE, UMA CASA DE JUSTIÇA	
<i>Desembargador Federal Petrucio Ferreira (Homenagem Póstuma)</i>	360

ISSN 1807-3395

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Ano V

Número 28

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Editores

Fábio Paixão
Rogério Rodrigues
Veruscka Diab
Walter Diab

Diretores

Ana Maria Paixão
Fábio Paixão
José Roberto Penz
Luiz Antonio Paixão
Rogério Rodrigues
Tuchaua Rodrigues

Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover – Adeildo Nunes – Amadeu de Almeida Weinmann
Aury Lopes Júnior – Carlos Ernani Constantino – Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal – Cezar Roberto Bitencourt – Damásio E. de Jesus
Élcio Pinheiro de Castro – Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho
Fernando de Almeida Pedroso – Geraldo Batista de Siqueira – Haroldo Caetano da Silva
José Carlos Teixeira Giorgis – José Henrique Pierangeli – Luiz Flávio Borges D'Urso
Luiz Flávio Gomes – Marcelo Roberto Ribeiro – Maurício Kuehne – Renato Marcão
René Ariel Dotti – Ronaldo Batista Pinto – Sergio Demoro Hamilton

Colaboradores deste Volume

Adeildo Nunes – Eugenio Raúl Zaffaroni – Fábio Roque da Silva Araújo – Fernando Capez
Geraldo Batista de Siqueira – Luiz Augusto Coutinho – Luiz Flávio Gomes
Marina da Silva Siqueira – Paulo Dariva – Rômulo de Andrade Moreira
Rosângela Pofahl Batista – Victor Nascimento Godim Batista

Sumário

Doutrina

1. A Reforma Processual Penal
Adeildo Nunes 5
2. Apelação em Liberdade – O Supremo Tribunal Federal e o Direito de Recorrer em Liberdade
Rômulo de Andrade Moreira 23
3. Apelação: a Questão da Deserção do Recurso em Face da Fuga do Réu
Fernando Capez 36
4. Tipos Plurissubjetivos – Classificação – Aspectos Processuais
Geraldo Batista de Siqueira, Marina da Silva Siqueira, Rosângela Pofahl Batista e Victor Nascimento Godim Batista 39
5. Estupro (Simples) é Crime Hediondo?
Luiz Flávio Gomes 52
6. Medida Provisória em Matéria Penal: para Além da EC 32/2001
Fábio Roque da Silva Araújo 55
7. Tóxicos: a (In)Constitucionalidade do Delito de Porte de Droga para Consumo Próprio
Paulo Dariva 63

Doutrina Estrangeira

1. Criminología y Psiquiatría: el Trauma del Primer Encuentro
Eugenio Raúl Zaffaroni 69

Em Evidência

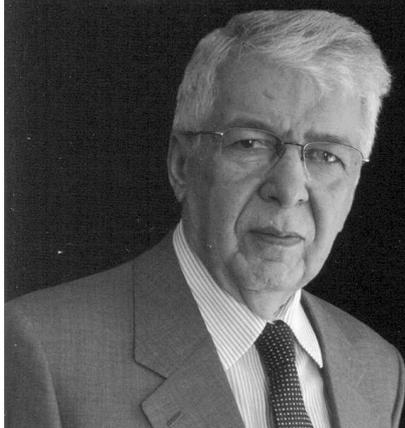
1. Crimes Eleitorais: Aspectos Fundamentais a Partir de uma Leitura do Direito Penal Constitucional e Garantista
Luiz Augusto Coutinho 86

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Prova Emprestada. Interceptação Telefônica Autorizada. Uso em Procedimento Administrativo. Admissibilidade
Rel. Min. Cezar Peluso 102
2. Superior Tribunal de Justiça – Patrocínio Infiel. Decisão Absolutória da OAB que não Obriga os Órgãos do Judiciário
Rel^a Des^a Conv. Jane Silva 105

Prática Jurídica[®]

Ano VIII - Nº 82 - 31 de janeiro de 2009



A Chave do Sucesso

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO UMA FASCINANTE TRAJETÓRIA

Enfoque

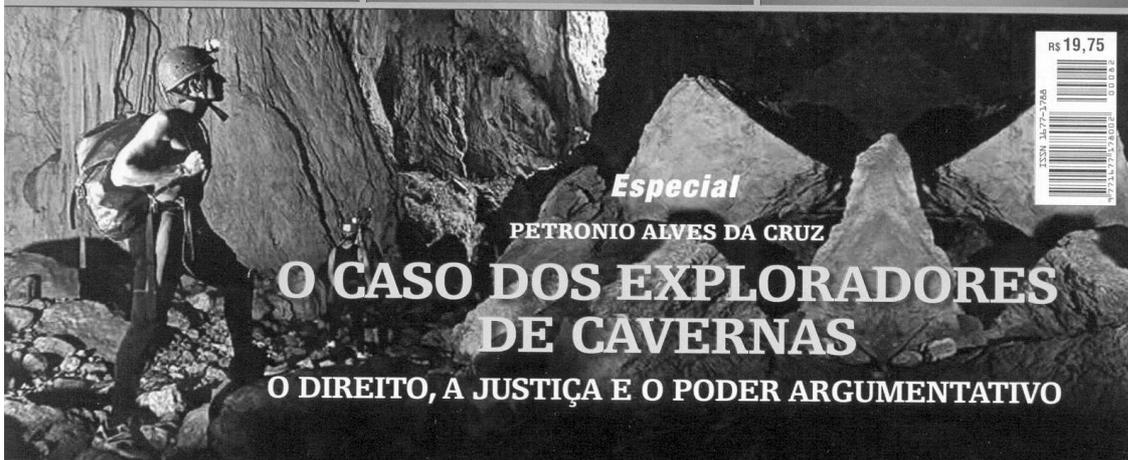
LEONARDO SALES DE AGUIAR
AFINAL, "ATIVIDADE
JURÍDICA" E "PRÁTICA
FORENSE" SÃO SINÔNIMAS?

Know How

PAULO JOEL BENDER LEAL
ENTENDIMENTO E
DIREITO: UMA PROPOSTA
DE EXAME

Questões de Direito

GUILHERME DE SOUZA NUCCI
AS DESIGUALDADES
PROCESSUAIS PENAIS
NO BRASIL



Especial

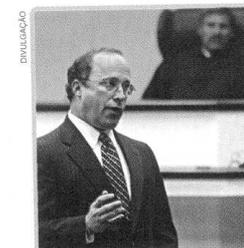
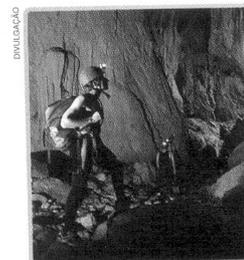
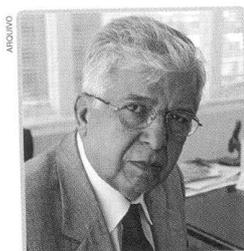
PETRONIO ALVES DA CRUZ

O CASO DOS EXPLORADORES DE CAVERNAS

O DIREITO, A JUSTIÇA E O PODER ARGUMENTATIVO



PRÁTICA DE PROCESSO: O CONFLITO DE TESES ENTRE ACUSADO E DEFENSOR • COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR • PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DO RE: REPERCUSSÃO GERAL



Almir Pazzianotto Pinto, uma fascinante trajetória

6 A Revista *Prática Jurídica*, em seu primeiro número de 2009, reverencia uma figura do mundo jurídico cuja trajetória de vida é das mais fascinantes: trata-se do Ministro Almir Pazzianotto Pinto. De origem modesta, cedo demonstra sua preocupação com os menos favorecidos. Como advogado de sindicato, como Ministro do Trabalho e, coroando a brilhante carreira, ingressando no Tribunal Superior do Trabalho e, mais tarde, presidindo-o, jamais se desviou da trilha que o conduziu ao sucesso.

O caso dos exploradores de cavernas O Direito, a justiça e o poder argumentativo

24 A matéria especial deste mês, a cargo do Dr. Petronio Alves da Cruz, versa sobre obra-chave para os iniciantes no estudo do Direito: *O caso dos exploradores de cavernas*. Obra fictícia, proporciona, no entanto, um pouco de jusnaturalismo, historicismo, positivismo e a correspondente atitude ou papel do magistrado em conformidade com cada uma dessas concepções. A leitura deste artigo é fundamental não só para maior compreensão do livro, como para melhor ilustrar o comportamento do profissional do Direito.

Afinal, "atividade jurídica" e "prática forense" são sinônimas?

32 A atividade jurídica é requisito constitucional a ser exigido dos futuros magistrados do País quando do ingresso no cargo de juiz substituto estadual, federal ou trabalhista. No entanto, uma questão de imediato surge: atividade jurídica e prática forense são a mesma coisa? A dirimção desse impasse é a proposta deste texto da pena do Dr. Leonardo Sales de Aguiar, Advogado e Pós-Graduado em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

PRÁTICA DE PROCESSO

Competência para julgamento do processo administrativo disciplinar no regime da Lei nº 8.112/90

52 Antonio Carlos Alencar Carvalho

O conflito de teses entre acusado e defensor

56 Roberto Victor Pereira Ribeiro

Pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário: repercussão geral

60 Perpétua Lígia Silva de Menezes

Inteligência emocional, passaporte para o sucesso

66 O mercado está em constante transformação e, portanto, é preciso estar atento às suas novas exigências. Uma das soluções é investir em atividades que possam trazer maior equilíbrio emocional. No texto com o título em epígrafe, o *Coach* Executivo e de Equipes Carlos Cruz esclarece ao leitor os pontos nevrálgicos que o autor utiliza em seus trabalhos e conferências, objetivando o sucesso profissional.

Primeira Página

A MP DA CRISE

■ André Ramos Tavares..... 5

Cartas..... 10

Destaque

DESUNIÃO ENFRAQUECE JUSTIÇA

■ Cezar Britto..... 11

História do Direito

DIREITO PORTUGUÊS – PARTE IV ERA DAS ORDENAÇÕES – AS ORDENAÇÕES FILIPINAS

■ Renata Malta Vilas-Bôas..... 12

Gestão de Negócios

PARADOXOS – É POSSÍVEL CHEGAR-SE AO EQUILÍBRIO?

■ Leonardo Barém Leite 16

Know How

ENTENDIMENTO E DIREITO: UMA PROPOSTA DE EXAME

■ Paulo Joel Bender Leal..... 20

Fichário Jurídico

EQUIDADE, JUSTIÇA E DIGNIDADE HUMANA

■ Walkyria Carvalho..... 38

Questões de Direito

AS DESIGUALDADES PROCESSUAIS PENAIS NO BRASIL

■ Guilherme de Souza Nucci..... 42

Vade Mecum Forense

A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO

■ João da Cruz Gonçalves Neto 44

DIREITO E FIÇÃO

O ADVOGADO DO TERROR

■ Cláudio Marks Machado..... 46

Painel Universitário

SEPARAÇÃO DOS PODERES NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

■ Francisco Sérgio Magalhães Pinto e Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto..... 50

Artigos para publicação – As matérias encaminhadas para apreciação do Conselho Editorial desta Revista deverão ser inéditas, exclusivas e conter, no máximo, 6 laudas com 35 linhas cada.

Prática Jurídica[®]



Ano VIII - Nº 83 - 28 de fevereiro de 2009



Aula Maior

IVAN BARBOSA RIGOLIN
MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS

SERVIÇO SINGULAR DO ADVOGADO

Questões de Direito

EDUARDO JANNONE DA SILVA
**DO ACESSO À SAÚDE E
A EFETIVIDADE DO
PROVIMENTO JURISDICIONAL**

Destaque

CARLOS MÁRIO VELLOSO
**DEVIDO PROCESSO
LEGAL E ACESSO À JUSTIÇA**

Enfoque

ARMANDO SÉRGIO P. DE TOLEDO
SALVADOR JOSÉ BARBOSA JR.
**O CONTROLE DIFUSO DE
CONSTITUCIONALIDADE
E A LEI SECA**

Especial

JARBAS PASSARINHO
JORGE LUIZ SOUTO MAIOR

AS MUITAS VISÕES DA CRISE



R\$ 19,75

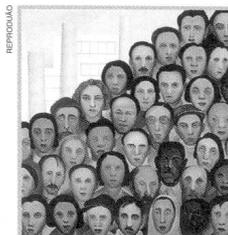


PRÁTICA DE PROCESSO A EXCRESCÊNCIA DA "APELAÇÃO POR INSTRUMENTO" • ANTECIPAÇÃO DA TUTELA E DA EXECUÇÃO
EM FACE DAS REFORMAS DO CPC • RECEBIMENTO DA DENÚNCIA OU QUEIXA: OS ARTS. 396, CAPUT, E 399 DO CPP, C/C LEI 11.719/08



Serviço singular do advogado

6 A *Aula Maior* deste número encerra, sem trocadilho, uma singular questão, a de que todo serviço privativo de advogado deve ser considerado singular. O deslinde desse interessante tema está a cargo dos administrativistas Ivan Barbosa Rigolin e Mauro Roberto Gomes de Mattos, que defendem seu ponto de vista estribados em abalizada jurisprudência e em contundentes argumentos.



As muitas visões da crise

26 Ainda que o tema crise não seja agradável, torna-se necessária sua recorrência, uma vez que ela corrói, pouco a pouco, os alicerces da sociedade. Os artigos, aqui publicados, de autoria do ex-Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho e do Juiz Jorge Luiz Souto Maior tratam do tormentoso assunto, dando destaque ao desemprego por ele gerado, bem como as possibilidades de alterações nas relações trabalhistas.



Devido processo legal e acesso à Justiça

49 É consabido que o devido processo legal constitui garantia constitucional de notável relevância. Todavia, muito mais importante é o papel do garantidor dessa garantia, qual seja, o juiz. Este o fulcro do artigo em tela assinado pelo Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário Velloso, que traz à baila conceituada doutrina e análise da evolução do instituto, em seus diversos aspectos.

PRÁTICA DE PROCESSO

Recebimento da denúncia ou queixa: os arts. 396, caput, e 399 do CPP, com a redação da Lei nº 11.719/08

56 Renato Marcão

A excrescência da “apelação por instrumento”

58 Fabrício Castagna Lunardi

Antecipação da tutela e da execução em face das reformas do CPC

62 Geraldo Gonçalves da Costa



Apuração disciplinar no serviço público
Inquérito & Sindicância

18 A partir deste mês, o leitor da *Prática Jurídica* terá à sua disposição uma série de artigos da lavra do Professor Ailton Rocha Nóbrega, cuja essência reside na realização de um enfoque objetivo, prático e com linguagem simples das questões referentes à apuração disciplinar no serviço público.

Cartas.....4	Vade Mecum Forense O TRATAMENTO DO ROUBO NA HISTÓRIA DOS GRANDES CÓDIGOS PENAISS ■ Antonio Baptista Gonçalves..... 32	Redação Forense A REDAÇÃO FORENSE NA PRÁTICA – DIÁLOGO NO ELEVADOR ■ Eduardo de Moraes Sabbag..... 46
Primeira Página PAPEL INGRATO ■ Volnei Carlin.....5	Gestão de Negócios A IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO NAS EQUIPES JURÍDICAS E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS ■ Leonardo Barém Leite34	Saiba Mais LAVRATURA DE ATOS NOTARIAIS ■ Lafaiele Luiz do Nascimento..... 50
Enfoque O CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE E A LEI SECA ■ Armando Sérgio Prado de Toledo e Salvador José Barbosa Júnior..... 14	Questões de Direito DO ACESSO À SAÚDE E A EFETIVIDADE DO PROVIMENTO JURISDICCIONAL – BLOQUEIO DE VALORES ■ Eduardo Jannone da Silva..... 38	Painel Universitário DIREITO À SAÚDE DO SURDO – A ABORDAGEM DO MEIO SOCIAL, A INCLUSÃO ■ Juliana Oliveira Nascimento..... 54
Exame de Ordem IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DO EXAME DE ORDEM ■ Luiz Flávio Borges D’Urso..... 16	Fichário Jurídico DA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NO ÂMBITO RECURSAL ■ Antônio Veloso Peleja Júnior..... 42	Espaço Aberto PELÁ SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA – NINGUÉM VALORIZA O QUE NÃO ENTENDE ■ Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto..... 66
História do Direito BRASIL-COLONIA ■ Renata Malta Vilas-Bôas..... 20		

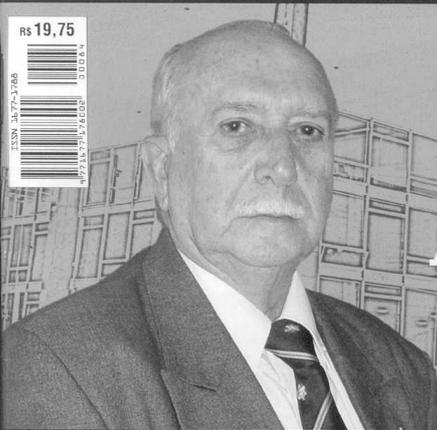
Artigos para publicação – As matérias encaminhadas para apreciação do Conselho Editorial desta Revista deverão ser inéditas, exclusivas e conter, no máximo, 6 laudas com 35 linhas cada.

Prática Jurídica[®]

Ano VIII - Nº 84 - 31 de março de 2009



R\$ 19,75



Aula Maior

PALHARES MOREIRA REIS

AS SÚMULAS DO STF

Saiba Mais

LAFAIETE LUIZ DO NASCIMENTO
ENFITEUSE - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DE LAUDÊMIO

Especial

MARIA BERENICE DIAS
ALICE BIANCHINI
O SER MULHER

Questões de Direito

FERNANDO CAPEZ
PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL NA VISÃO DO STF



Direito e Ficção

CLÁUDIO MARKS MACHADO

O PROCESSO DE JOANA D'ARC

PRÁTICA DE PROCESSO INCONSTITUCIONALIDADE DO § 4º DO ART. 40 DA LEI Nº 6.830/80 • DESCLASSIFICAÇÃO NO JÚRI PARA CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO • O NOVO CONCEITO DE SENTENÇA E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO



As súmulas do Supremo Tribunal Federal

6 Advogado, Doutor em Direito, Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco e autor prolífico e consagrado, Palhares Moreira Reis é já bastante conhecido dos leitores da *Prática Jurídica*. Seu notório saber investe, neste número, sobre a questão das súmulas do STF, matéria que publicamos a primeira de três partes que o autor configurou para melhor aproveitamento.

O ser mulher

20 É milenar a luta da mulher na conquista de espaço na sociedade que represente, de fato e também de direito, o imenso valor que ela possui. Tendo em vista tal escopo, publicamos os artigos de duas personalidades do mundo jurídico que muito vêm lutando pela consolidação da mulher no espaço que lhe cabe por capacidade: são elas a Desembargadora aposentada do TJRS e Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões, Dra. Maria Berenice Dias, e Alice Bianchini, Doutora em Direito Penal pela PUC-SP e Mestre em Direito pela UFSC, Professora, Presidente do Instituto Panamericano de Política Criminal e Coordenadora dos Cursos de Especialização da Rede LFG.

O Processo de Joana D'arc

42 Baseado inteiramente nas notas históricas do julgamento da hoje Santa Joana D'Arc, o cineasta Robert Bresson pretendeu, com essa película de 1962, acompanhar o martírio da heroína francesa, desde seu encarceramento até sua morte na fogueira. Neste mês, o Advogado Cláudio Marks uma vez mais empresta seu olhar de advogado e sua acuidade como cinéfilo para analisar esse clássico do cinema que recebeu o Prêmio Especial do Júri do Festival de Cannes.

PRÁTICA DE PROCESSO

O novo conceito de sentença e a duração razoável do processo

56 William Loro de Oliveira

Inconstitucionalidade do § 4º do art. 40 da Lei nº 6.830/80 e a celeridade processual

60 Eber Coloni Meira da Silva

Desclassificação no júri para crime de menor potencial ofensivo

64 Vítor Feltrim Barbosa

A prisão civil do depositário infiel na visão do STF

36 Importante decisão do Plenário do STF deixa assente não haver mais base legal para a prisão civil do depositário infiel. Tal se deve ao fato de o Brasil ter subscrito o Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos) que conflita com a legislação brasileira. A abordagem do tema, que ora se publica, é feita pelo Professor Doutor Fernando Capez, atualmente Deputado Estadual (PSDB-SP).

Cartas4	História do Direito BRASIL-IMPÉRIO	Saiba Mais
Primeira Página	■ Renata Malta Vilas-Bôas 14	ENFITEUSE – LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DE LAUDÊMIO
■ Luiz Flávio Borges D'Urso5	Gestão de Negócios	■ Lafaiete Luiz do Nascimento 50
Enfoque	O QUE O CLIENTE (REALMENTE) QUER?	Painel Universitário
A IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL NA PERSECUÇÃO CRIMINAL – A ATUAÇÃO DA POLÍCIA NA REPRESSÃO E APURAÇÃO DO CRIME	■ Leonardo Barém Leite34	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM MATÉRIA PENAL
■ Walkyria Carvalho 10	Fichário Jurídico	■ Rebeca Pereira Gusmão 54
Destaque	O FUNDAMENTO DO PODER TRIBUTÁRIO	Espaço Aberto
ESTUPRO (SIMPLES) É CRIME HEDIONDO?	■ Rogério Dias Correia 38	INDESCRITÍVEL AURA DOS JUÍZES VOCACIONADOS...
■ Luiz Flávio Gomes 13	Vade Mecum Forense	■ Elias Mattar Assad 66
	A ORIGEM HISTÓRICA DA CURIOSA REGRA DA SUCESSÃO DO COLATERAL	
	■ José Fernando Simão 48	

Artigos para publicação – As matérias encaminhadas para apreciação do Conselho Editorial desta Revista deverão ser inéditas, exclusivas e conter, no máximo, 6 laudas com 35 linhas cada.

Prática Jurídica



Ano VIII - Nº 85 - 30 de abril de 2009

Vade Mecum Forense

ANTÔNIO VELOSO PELEJA JÚNIOR

O PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ SOB O VIÉS DE UMA POSTURA ATIVA

Destaque

MARCO MACIEL
**DEMOCRACIA: PASSADO,
PRESENTE E FUTURO**

Gestão de Negócios

LEONARDO BARÉM LEITE
CRISTIANNE VILAÇA ALEXANDRINO
QUAL É O SEU VERDADEIRO VALOR?

Espaço Aberto

LUIZA NAGIB ELUF
**O MÉDICO, A ÉTICA
E A LEI PENAL**



BENEVIDES FERNANDES NETO

CRIME MILITAR

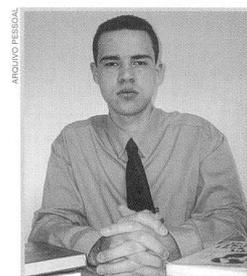
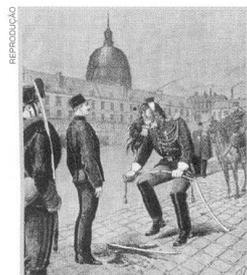
INTERPRETAÇÕES DOUTRINÁRIAS
E JURISPRUDENCIAIS

Especial

R\$ 19,75



PRÁTICA DE PROCESSO QUAL O INSTRUMENTO CORRETO DE IMPUGNAÇÃO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE CONVERTE O AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO? • PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO DEMOCRÁTICO PARA TODAS AS ESPÉCIES DE CRIMES À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS, DA CF E DA LEI Nº 11.719/08



As súmulas do Supremo Tribunal Federal

6 Prossegue, neste número, o minudente estudo das súmulas do Supremo Tribunal Federal que se propôs a realizar o Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco, Doutor Palhares Moreira Reis. Nesta segunda parte, que ora se publica, compreender-se-á o tratamento que as súmulas recebem do Código de Processo Civil, quais os efeitos das súmulas não-vinculantes, das decisões vinculantes de caráter constitucional e as decisões nas ações de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.

Crime militar – Interpretações doutrinárias e jurisprudenciais

34 O Direito Militar é um ilustre desconhecido da maioria dos doutrinadores e profissionais da Ciência Jurídica, sendo poucas as universidades dispostas a ministrar aulas na área. Essa lacuna é que estimulou o Doutor Benevides Fernandes Neto, Especialista em Segurança Pública, a assinar este valioso artigo que busca lançar contribuição à discussão e aperfeiçoamento do que o autor estabelece como intrigante ramo especializado do Direito.

Prescrição das cédulas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação vencidas antecipadamente

52 O leitor da *Prática Jurídica* terá, nas linhas que comportam a matéria em epígrafe, exemplo acabado de ótima análise sobre tema que traz intrinsecamente polêmica e muitas dúvidas. Seu autor, Clayton Ritnel Nogueira, é acadêmico já em fase de conclusão de curso, mas lhe reforça o saber a atuação como monitor e como estagiário da Direção do Fórum da Comarca da cidade paranaense de Bandeirantes.

PRÁTICA DE PROCESSO

Qual o instrumento correto de impugnação contra decisão do relator que converte o agravo de instrumento em agravo retido?

56 Mario Rodrigo Delfim

Alteração do pedido para fornecimento de medicamentos no decorrer da demanda – Sentença *ultra petita*?

58 João Carlos Navarro de A. Prado

Procedimento acusatório democrático para todas as espécies de crimes à luz dos direitos humanos, da Constituição e da Lei nº 11.719/08

62 Cândido Furtado Maia Neto

O médico, a ética e a lei penal

66 A Doutora Luiza Nagib Eluf, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, brindanos com singelo, mas valioso escrito acerca de assunto de aparência despercebida pela maioria dos cidadãos: os abusos sexuais perpetrados por médicos em seus consultórios. Espanta ao desinformado o fato e o perfil desses maus profissionais, que só poderão ser punidos exemplarmente, insiste a douta articulista, se houver radical alteração do Código Penal em vigor.

Cartas	4
Primeira Página	
CARTA AO LEITOR	
■ Adriana Zakarewicz	5
Enfoque	
SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ESTADO	
■ Miguel Rodrigues Nunes Neto	10
História do Direito	
BRASIL – REPÚBLICA VELHA (1890-1930)	
■ Renata Malta Vilas-Bôas	12
Destaque	
DEMOCRACIA – PASSADO, PRESENTE E FUTURO	
■ Marco Maciel	15

Gestão de Negócios	
QUAL É O SEU VERDADEIRO VALOR?	
■ Cristianne Vilaça Alexandrino e Leonardo Barêrn Leite	16
Questões de Direito	
DIREITOS ATRIBUÍDOS AOS EMBRIÕES FECUNDADOS IN VITRO	
■ Fernando David de Melo Gonçalves	18
Fichário Jurídico	
PRIMEIROS REFLEXOS DA GUARDA COMPARTILHADA	
■ Douglas Phillips Freitas	20
Vade Mecum Forense	
O PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ SOB O VIÉS DE UMA POSTURA ATIVA	
■ Antônio Veloso Peleja Júnior	24

Know How	
ACIDENTES DE CONSUMO – CONSIDERAÇÕES MÉDICO-LEGAIS	
■ Antonio Alves Madruga	30
Exame de Ordem	
A ÓPERA DO DANILO ENSINA COMO PASSAR NA OAB	
■ Paulo Henrique Laureano Freire	44
Processos e Procedimentos	
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	
■ Leyla Viga Yurtsever	46

Artigos para publicação – As matérias encaminhadas para apreciação do Conselho Editorial desta Revista deverão ser inéditas, exclusivas e conter, no máximo, 6 laudas com 35 linhas cada.